



*Handwritten signatures in blue ink.*

## ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira sito em Óis da Ribeira, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira. -----

Paulo Gomes cumprimentou todos os presentes, expôs o facto desta Assembleia ter sido adiada 1 dia em virtude do apagão registado desde as 11h30m da manhã de 28/04/2025 até às 21h30m do mesmo dia, que impossibilitou a realização dos trabalhos e deu início à sessão. Alexandre Pires aproveitou para dizer que não recebeu os documentos a tempo de os analisar e pediu compreensão para o facto de poder não estar por dentro dos assuntos tratados, podendo influenciar assim o seu voto. Sugeriu ainda que os documentos fossem enviados mais cedo e num formato mais simples.--- Esteve presente nesta sessão e a compor a Mesa da Assembleia Paulo Jorge dos Santos Gomes, na qualidade de Presidente da Mesa, Maria de Fátima Figueiredo dos Reis, na qualidade de primeira secretária e Óscar José de Almeida Matos a desempenhar funções de segundo-secretário. Estiveram ainda presentes, Sofia Botelho Marques, Ricardo Alexandre Rebelo de Almeida, Alexandre Resende Reis Pires, Ondina da Silva Gomes Soares, Paulo Rogério Lopes Pires e Cristina Maria Marques da Silva. O executivo fez-se representar pelo seu Presidente, Sérgio Edgar da Costa Neves, pela secretária Ana Sofia Resende Framegas e pela tesoureira Ilda Maria de Almeida Pinheiro. -----

A sessão teve a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Leitura e aprovação das atas das Assembleias anteriores; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----
3. Período da ordem do dia: -----
  - 3.1 Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
  - 3.2 Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação nos termos do nº 2 do artigo 11º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
  - 3.3 Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2024, nos termos do nº 2 do artigo 11º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----



*Handwritten signature and initials.*

3.4 Análise, discussão e votação do Protocolo entre a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira e a Orquestra Filarmónica 12 de Abril, de cedência do Bar do Parque da Nossa Senhora do Amparo; -----

3.5 Análise, discussão e votação do Protocolo de Concessão do bar da Pateira de Óis da Ribeira; -----

3.6 Análise, discussão e votação do Contrato interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para alargamento da Rua Benjamin Soares de Freitas, em Óis da Ribeira; -----

3.7 Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para atribuição de Apoio Financeiro para a limpeza de Jacintos-de-água na Pateira; -----

3.8 Análise e informação do Relatório do Direito de Oposição para o orçamento de 2025, nos termos do nº 3 do artigo 5º da Lei 24/98 de 26 de maio; -----

4. Outros assuntos nos termos do nº 1 do artº 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

5. Período para intervenção do público. -----

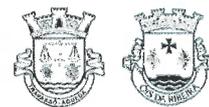
O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre a dispensa da leitura das atas das sessões anteriores, tendo sido aprovado por unanimidade; -----

1. Leitura e aprovação das atas das assembleias anteriores; -----

O Sr. Presidente da Mesa começou a sua intervenção questionando a dispensa da leitura das atas das Assembleias anteriores, tendo em conta que, todos os presentes tiveram acesso às mesmas via email tendo sido aprovado com 8 votos a favor e uma abstenção de Alexandre Pires. O Senhor Presidente prosseguiu perguntando se havia algum reparo a fazer às atas. Colocada à votação a ata da quarta sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de 2024, esta foi aprovada com 5 votos a favor e 4 abstenções de Ricardo Almeida, Paulo Pires, Ondina Soares e Alexandre Pires. Colocada à votação a ata da primeira sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia de 2025, esta foi aprovada com 6 votos a favor e 2 abstenções de Ondina Soares e Alexandre Pires.-----

2. Período antes da ordem do dia; -----

No período antes da ordem do dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Sérgio Neves que cumprimentou a mesa da Assembleia bem como os restantes membros e o público presente, mostrando-se disponível para responder a todas as questões





*Handwritten signatures in blue ink.*

que não estariam na ordem do dia. Neste ponto interveio Ondina Soares, solicitando que o executivo fizesse o ponto de situação de todos os projetos em curso, nomeadamente, a compra do antigo edifício da CERCIAAG, o projeto da comunidade energética, o litígio com a ARCOR e por fim, o projeto rodoviário de ligação Águeda/Aveiro. O Senhor Presidente Sérgio Neves começou por afirmar que acerca do projeto da antiga CERCIAAG o executivo continua a aguardar o financiamento do mesmo. Esclareceu que o processo de atribuição de fundos não está parado, mas que pelo facto de o governo ter sido destituído, atrasou de certa forma, os prazos de atribuição dos fundos. Afirmou ainda que neste momento o financiamento está aprovado em cerca de 60%. Acerca do projeto da comunidade energética o executivo afirmou que o projeto já foi aprovado pelo IP, ERSE e Câmara Municipal, ficando a faltar o parecer do IP e redes sobre as ligações à rede e por onde passarão as linhas. O Senhor Presidente afirmou ainda que, o processo de negociação com a ARCOR está parado devido ao facto do advogado da União de Juntas de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira se encontrar de baixa médica. A última proposta feita pela ARCOR vai no sentido de fornecer uma sala à União de Juntas de Freguesias e recuperar o espaço que atualmente é utilizado pela mesma. Por fim o executivo apresentou à Assembleia os desenvolvimentos na construção da ligação Águeda/Aveiro afirmando que, nas próximas semanas o concurso público para a construção da mesma será lançado. Alexandre Pires pediu a palavra para sugerir ao executivo que desloque os caixotes do lixo para o seu sítio habitual pois neste momento encontram-se em frente à capela mortuária. O executivo concordou integralmente com esta sugestão. Paulo Pires pediu a palavra para voltar a manifestar o seu descontentamento acerca da decisão tomada numa Assembleia anterior. Segundo o mesmo, a cedência do caminho ao Sr. Arlindo Reis com o objetivo de alargar a zona industrial, foi feita sem salvaguardar a possibilidade de reaver o terreno caso o projeto não avance. Fátima Reis pediu a palavra para perguntar ao executivo, em que estado se encontra o projeto de ligação Óis da Ribeira/Requeixo e sugeriu ainda a colocação de um sinal vertical que identifique que o caminho que vai dar à Tapada não tem saída. O executivo afirmou positivamente a esta sugestão e acerca da ligação Óis da Ribeira/Requeixo este afirmou que o concurso público está pronto par ser lançado. -----

De seguida passou-se ao período da ordem do dia. -----  
Por sugestão do executivo solicitou-se a retirada do ponto 3.7 da ordem de trabalhos que foi aprovado por unanimidade com 9 votos a favor. -----



3.1 Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

Neste ponto O Sr. Presidente da Mesa questionou o executivo se tinha algo a acrescentar ao documento que foi enviado, ao que o mesmo disse que não, e que estava disponível para todos os esclarecimentos. Neste ponto interveio Ondina Soares pedindo que o executivo esclarecesse qual foi o resultado da reunião de preparação do desassoreamento da Pateira, qual será a parceria com a GNR tendo em vista a colocação do posto móvel na freguesia, e por fim perguntou ao executivo em que estado se encontra a situação do sem abrigo. O Senhor Presidente começou por esclarecer que o desassoreamento da Pateira vai avançar sendo que o financiamento está aprovado na RIA VIVA. Segundo o mesmo, a reunião serviu para definir os terrenos nos quais vão ser colocadas as areias, os detalhes de como serão despejadas e acrescentou ainda que neste concurso estão contempladas verbas europeias pelo que, o mesmo tem de avançar nos próximos meses para que esses fundos não sejam perdidos. Acerca do posto móvel da GNR, o executivo informou que na reunião do conselho de segurança, a União de Juntas de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira aceitou a proposta de ter um posto da GNR por um dia de forma que a população possa de forma mais fácil colocar questões, fazer queixas, etc. Terminando a intervenção o executivo esclareceu que o problema do sem abrigo é muito complicado. A Câmara Municipal convocou novamente os familiares e algumas pessoas de Almeir para tentar encontrar uma solução, mas por enquanto não se chegou a nenhuma solução, apenas de referir que, o novo delegado de saúde vai avaliar a situação de forma a tomarem uma decisão. Paulo Pires começou a sua intervenção pedindo que se fizesse uma correção ortográfica na página 3 do documento ligado ao ponto em questão (substituir "postes por postos"). O mesmo pediu que o executivo esclarecesse o porquê de existir uma disparidade tão elevada entre os montantes pagos e os montantes das receitas. Recorrendo ao quadro 3 do documento afirmou que apenas se verifica um défice de apenas 3.984,42€ pelo fato de no saldo constar o montante da gerência anterior, caso contrário o montante do défice seria muito mais elevado. O Senhor Presidente esclareceu que existem verbas que ainda estão por receber da Câmara Municipal, facto que é recorrente e que já foi explicado em Assembleias anteriores. O executivo lembrou que o mesmo problema foi constatado no final no ano transato, no qual, a Câmara Municipal executou os pagamentos das verbas atribuídas nos últimos dias do ano. Paulo Pires reafirmou novamente a não compreensão dos dados fornecidos nomeadamente





viaturas e o tempo passado pelos trabalhadores da União de Juntas é impossível ser quantificado. Ricardo Almeida pediu ainda um esclarecimento acerca de duas rúbricas nomeadamente a 020220 – Outros trabalhos especializados e a 020214 – Estudos, pareceres, projetos e consultas. Este perguntou ao executivo quais são as despesas que se incluem nestas duas rúbricas. O executivo esclareceu que a primeira é destinada a pequenos trabalhos como por exemplo trabalhos de canalização e eletricidade. Ao segundo ponto, o Senhor Presidente esclareceu que é destinado às despesas com advogados, com a empresa que realiza o relatório de contas, pareceres à GNR, conservatórias, etc. -----

Posto o ponto à votação, este foi aprovado com 4 votos a favor, 4 abstenções de Ricardo Almeida, Paulo Pires Ondina Soares e Paulo Gomes e 1 voto contra de Alexandre Pires. -----

3.4 Análise, discussão e votação do Protocolo entre a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira e a Orquestra Filarmónica 12 de Abril, de cedência do Bar do Parque da Nossa Senhora do Amparo; -----

Neste ponto o Sr. Presidente começou por esclarecer que o parque da Senhora do Amparo desde que foi inaugurado e até ao dia de hoje encontra-se com situações por regularizar, nomeadamente a compra dos terrenos que deram origem ao parque. Segundo o mesmo ao dia de hoje os terrenos foram pagos, mas ainda não são propriedade da União de Juntas sendo que os antigos proprietários ainda assumem o pagamento do IMI. A legalização de cada terreno tem um custo de cerca de 750€, e segundo o executivo não existem meios financeiros neste momento para legalizar a totalidade do parque. O Senhor Presidente lembrou que tendo em conta esta pesada herança, qualquer decisão que possa ser tomada pode facilmente ser revertida pois o parque não está legalizado. O executivo lembrou também que ao longo dos tempos foram realizadas obras de melhoramento das instalações e adquiridos bens por parte de diferentes comissões de festas ou pelos diferentes executivos no poder. O Senhor Presidente lembrou novamente que a cedência do bar à Banda 12 de abril teve como intenção, permitir à mesma reaver uma parte da dívida deixada pela anterior comissão de festas, explorando o bar. Terminando a sua intervenção salientou que devido às circunstâncias legais do parque qualquer decisão que será tomada na Assembleia tem um valor legal diminuto. Paulo Pires pediu a palavra para reafirmar novamente a sua posição, já tomada em anteriores Assembleias, contra a cedência dos espaços pertencentes à União de Juntas de Freguesias sem a realização de um protocolo. Ondina Soares pediu a palavra para sugerir que fosse acrescentado um prazo de

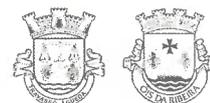




as faturas relativas aos wc's. O executivo lembrou que as realizações das casas de banho foram executadas com as verbas anteriormente atribuídas ao alargamento da rua e que este encontro de contas entre as despesas e as receitas será efetivado ao longo do ano. Paulo Pires demonstrou de novo a não compreensão dos montantes apresentados pelo qual o Senhor Presidente Sérgio Neves se demonstrou disponível para posteriormente efetuar e enviar uma análise mais detalhada com todos os valores recebidos, pagos e as datas nos quais foram executados. -----

3.2 Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação nos termos do nº 2 do artigo 11º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----  
À Semelhança do ponto anterior o Sr. Presidente da mesa perguntou ao executivo se tinha algum esclarecimento a fazer, ao que este disse que estava disponível para algum esclarecimento. Neste ponto não houve intervenções. -----

3.3 Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2024, nos termos do nº 2 do artigo 11º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----  
O Sr. Presidente de Junta informou que se encontrava ao dispor para qualquer esclarecimento. Neste ponto interveio Ricardo Almeida e Paulo Pires referindo de forma idêntica a não compreensão dos valores apresentados nomeadamente no quadro nº1. Pediram que o executivo esclarecesse o porquê de o Técnico Oficial de Contas ter escrito no documento a existência de "um desvio de 68 mil euros relativamente ao orçamento aprovado". O executivo tentou por várias vias explicar a diferença entre o valor do Orçamento Final e o valor executado. Tendo em conta que as dúvidas não foram dissipadas o Senhor Presidente comprometeu-se de averiguar esta questão com a ajuda do Técnico Oficial de Contas e de enviar a todos os membros da Assembleia uma explicação por escrito. Finalizou salientando que no seu ponto de vista as contas estão corretas e que as receitas foram superiores às despesas, lembrando novamente que existem montantes nos quais a União de Junta de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira ainda não foi ressarcida. Ricardo Almeida Pediu a palavra para questionar o executivo se este consegue de forma simples afirmar se a diferença entre as despesas e as receitas da Feira Rural é positiva ou negativa. O executivo começou por explicar que a realização da feira é concretizada com o apoio da Câmara Municipal, com o apoio dos patrocinadores e com a participação ativa do pessoal da União de Juntas de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira. Acrescentou que a quantificação é possível ser feita numa forma monetária dos valores transferidos pela Câmara Municipal e pelos patrocinadores; mas que existem outros tipos de ajudas como por exemplo a cédência de um gerador que não é quantificada, referiu também que o gasóleo gasto nas





término ao mesmo protocolo. Alexandre Pires pediu a palavra para reforçar a mesma ideia de Ondina Soares e sugeriu que fosse acrescentado ao protocolo que o prazo de término fosse uns mês após o acabarem das festividades. Ricardo Almeida pediu a palavra para afirmar que não está contra a cedência do bar à Banda 12 de abril, mas que a mesma tem de ser regulamentada mostrando satisfação pelo protocolo apresentado. Paulo Pires pediu novamente a palavra para sugerir o acrescento de uma cláusula que permita que em casos omissos ao protocolo, ambas as partes possam ter o poder de os resolver por mútuo acordo. -----

Colocado o ponto à votação este foi aprovado por unanimidade com 9 votos a favor. –  
3.5 Análise, discussão e votação do Protocolo de Concessão do bar da Pateira de Óis da Ribeira; -----

O Senhor Presidente tomou a palavra para esclarecer que de igual forma ao ponto anteriormente votado existem algumas ressalvas a ter em conta acerca do protocolo aqui apresentado. Segundo o mesmo, para que a concessão e o respetivo Protocolo sejam legais, teria de ser realizado um concurso público. O executivo informou que, a realização de um concurso público engendra diversos custos associados ao processo e que o valor pago pela concessão seria idêntico/aproximado ao valor necessário à realização do concurso. O Senhor Presidente apresentou um Protocolo que define as regras da concessão, mas que caso não sejam cumpridas será difícil de fazer valer as mesmas. Para terminar o executivo propôs que no futuro a solução talvez seja, criar um concurso público, mas com uma concessão com validade de vários anos, pois desta forma o valor a pagar pela realização do concurso será relativamente inferior ao valor pago pela concessão. Paulo Pires pediu a palavra para demonstrar o seu descontentamento em relação ao Protocolo apresentado. Segundo o mesmo, estão descritas exigências no Protocolo que para o mesmo serão dificilmente cumpridas. O executivo pediu a palavra para refutar esta opinião afirmando que todas as exigências referidas no mesmo documento são exequíveis pois já foram feitas prospeções e esses mesmos contactos serão passados ao futuro concessionário. Ricardo Almeida tomou a palavra para questionar se é possível acrescentar ao Protocolo o barramento à candidatura de um candidato que numa concessão anterior não respeitou as exigências do documento. O Senhor Presidente afirmou que não é possível pois, para fazer jus à lei este protocolo teria de passar por um concurso público. Alexandre Pires pediu a palavra para sugerir que a concessão do bar da Pateira poderia ser feita a instituições. O executivo explicou que qualquer instituição se pode candidatar, mas que a concessão do bar tem o intuito de gerar um rendimento suplementar para a União de Juntas de Freguesias



de Travassô e Óis da Ribeira, sendo que a manutenção anual da mesma é bastante onerosa. O ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado com 7 votos a favor e 2 abstenções de Paulo Pires e Alexandre Pires. -----

3.6 Análise, discussão e votação do Contrato interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para alargamento da Rua Benjamim Soares de Freitas, em Óis da Ribeira; -----

O Sr. Presidente apenas referiu que neste momento apenas falta encontrar uma empresa que tenha disponibilidade para realizar a obra. Neste ponto não houve intervenções. O ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com 9 votos a favor. -----

3.7 Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para atribuição de Apoio Financeiro para a limpeza de Jacintos-de-água na Pateira; (ponto retirado da ordem de trabalhos) -----

3.8 Análise e informação do Relatório do Direito de Oposição para o orçamento de 2025, nos termos do nº 3 do artigo 5º da Lei 24/98 de 26 de maio; -----

O Sr. Presidente explicou de forma resumida o ponto. -----  
Neste ponto não houve intervenções. -----

4. Outros assuntos nos termos do nº1 do artigo 49 da lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

Neste ponto não houve intervenções. -----

5. Período para intervenção do público. -----

Neste ponto interveio Aurélio Reis, questionando o executivo se as obras da estrada até Requeixo são mesmo para avançar e se os terrenos que foram outrora ocupados pelas lamas da pateira serão novamente destino das mesmas. O executivo reafirmou que a obra de ligação Óis/Requeixo vai mesmo avançar sendo a Câmara Municipal a lançar o concurso público. Em relação ao destino das lamas o Senhor Presidente, afirmou que o desassoreamento da Pateira será mais profundo do que foi realizado no passado por isso as toneladas de sedimentos a retirar será mais elevada, como tal, serão ocupados os mesmos terrenos e serão acrescentados muitos outros. Interveio ainda o presidente da Banda 12 de abril, Hélder Pires esclarecendo que não têm ainda conhecimento do protocolo e explicou que existem condições que ainda não estão de-





finidas para a realização da festa da Nossa Senhora do Amparo. O mesmo afirmou também que exploração do bar servirá para tentar reaver a dívida causada pela antiga comissão de festas e também para angariar dinheiro para a festa que se irá realizar no dia 24 de Agosto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse colocada à votação a elaboração da ata em minuta, a qual foi considerada pelos seus membros. Colocada à votação a presente ata, a mesma foi aprovada por unanimidade com 9 votos a favor. -----

Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a sessão pelas 23h 33 minutos da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da mesa da assembleia da união de freguesias de Travassô e Óis da Ribeira: -----

*Paulo Jorge dos Santos Gomes*

A Primeira Secretário da Mesa de Assembleia da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira: -----

*Fátima Reis*

O Segundo-Secretário da Mesa de Assembleia da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira: -----

*Isaac José de Almeida Gomes*

